



ATA DA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINARIA

PRESIDENTE: DERCIO PASIN

1º SECRETARIO: JOÃO MENEGATTI

2º SECRETARIO: VERQUE JOSÉ GONÇALVES LEME.

Aos dois dias do mes de maio, do ano de hum mil, novecentos e setenta e tres, às vinte horas, na Sala das Sessões, realizou-se a Quinta Sessão Ordinária, do Primeiro Ano da Quarta Legislatura, da Câmara Municipal de Caieiras, convocada pela Mesa Diretora nos termos do artigo/18 e seus parágrafos, do Decreto-lei complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969, a fim de deliberar sobre matéria considerada de urgência. (Na segunda linha, leia-se: Quinta Sessão Extraordinária). Presentes os senhores: DERCIO PASIN, JOÃO MENEGATTI, ANTONIO ROMERO POLLON, AFDOQUIA CHAIB FERREIRA NEVES, MAURI GABRIELLI, PEDRO SERGIO / GRAF NUNES, MARIO DELLA TORRE, SAVERIO AGUSTINELLI, ESTHER PINTO POLKORNY, BENEDICTO LOPES DE CAMPOS e VERQUE JOSÉ GONÇALVES LEME. Havendo número legal, o senhor Presidente declara aberta a Sessão. Não havendo impugnações, são aprovadas, na forma regimental, as Atas das seguintes Sessões: Quarta Sessão Extraordinária, do dia dezoito de abril, e Sexta Sessão Ordinária, do dia vinte e quatro de abril, deste ano. No EXPEDIENTE são apresentados: 1) OFICIO Nº 358-73, do Prefeito Municipal de Caieiras, anexando fotocópia de carta endereçada à Prefeitura pelo senhor Lucas Goes de Moraes, relativa à oferta de venda/ de uma gleba de terra com quarenta e tres mil, quatrocentos e trinta/ e um metros quadrados, localizada na Vila Miraval. O senhor Prefeito/ pede a deliberação da Câmara. O senhor Presidente esclarece à Casa / que a gleba em questão é por demais acidentada, sendo a sua opinião/ pessoal contrária à aquisição. Consulta os demais Pares. Um a um os senhores Edis manifestam-se contrariamente à compra da gleba, objetando que, se realmente o proprietário deseja loteá-la, que o faça, pois o loteamento deverá orientar-se pelas normas atuais vigentes, bastante severas. Diante do fato, o senhor Presidente determina à Secretaria que oficiê ao senhor Prefeito dando-lhe ciência da opinião geral/ da Edilidade. Portanto, à Secretaria para as devidas providências. O senhor Antonio Romero Pollon, aproveitando o ensejo, solicita ao senhor



Presidente informações sobre os terrenos apresentados na última reunião da Comissão de Avaliação. O senhor Presidente dará oportunamente os esclarecimentos. Com a palavra o senhor Pedro Sérgio Graf Nunes lembra aos demais Colegas a necessidade de serem conservadas em nosso município algumas áreas de vegetação natural pois o reflorestamento, para fins industriais, vem exterminando a fauna de nossas matas. O senhor Presidente diz que, apesar do reflorestamento, a Companhia Melhoramentos sempre conserva uma porcentagem de matas naturais. Além disso a Prefeitura possui alguns alqueires no Morro Grande e ainda com a vinda da represa da Comasp poderão ser reservadas algumas glebas para a preservação da fauna, digo, fauna, bem como para a prática do turismo. / Aproveitando a ideia do Nobre Colega Pedro Sérgio, diz o senhor Presidente que entrará em contato com o senhor Chefe do Executivo para que determine estudos visando preservar áreas verdes, para o futuro. / 2) OFICIO sem número e sem data, do senhor Emerson Fittipaldi, agradecendo o Voto de Louvor que lhe dedicou esta Casa. A Secretaria para as devidas providências. 3) OFICIO de 29 de março último, da Câmara dos Deputados Federais sugerindo à Câmara Municipal que faça realizar uma Sessão Solene, no dia 17 deste mês, homenageando o Sesquicentenário da Instalação do Poder Legislativo no Brasil. O senhor Presidente lembra que naquele dia estarão os senhores Vereadores participando do Congresso de Municípios em Serra. A Secretaria para as devidas providências. / 4)- DECRETO Nº 886, de 6 de abril de 1973, do Prefeito Municipal de Caieiras, estabelecendo como ponto final para os ônibus São Paulo - Laranjeiras, da Viação Ladário Ltda., o ponto defronte ao Grupo Escolar do Bairro das Laranjeiras. A Secretaria para as devidas providências. / 4) OFICIO de 23 de abril de 1973, da Comissão de Finanças, dando conta de haver examinado as contas do Prefeito Municipal, do DALE e da Câmara Municipal, relativas ao exercício de 1968, e solicitando ao Presidente da Câmara que providencie a restituição aos cofres públicos das importâncias recebidas: 1ª) pelo Prefeito a título de Abono de Natal, 2ª) pelos Vereadores a título de Verba de Representação; apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo como ilegais. 5) OFICIO de 18 de abril de 1973, da Comissão de Finanças, solicitando ao Presidente da Câmara que providencie, nos termos do parecer prévio do Tribu



nal de Contas do Estado de São Paulo, a restituição aos cofres públicos das importâncias recebidas indevidamente, a título de Despesas de Viagens, Estadas e Condução, pelos Prefeitos no período de 1º de janeiro de 1969 a 31 de dezembro de 1970. 6) OFÍCIO Nº 388-73, de 2 de maio de 1973, do Prefeito Municipal de Caieiras, dando ciência, em resposta/ ao ofício nº 57/73 desta Casa, de depósitos feitos à Tesouraria da Prefeitura pelas seguintes pessoas: Waldemar Baboim, Jupiter Bueno da Silva, Vanda Batista de Oliveira, Verque José Gonçalves Leme, Gino Dártora, João Menegatti, João Henrique de Macedo Mendes, Vitório Rossi, Antônio Molinari, Nelson Manzanares, Padre José Cezar de oliveira e Américo Massinelli. Com a palavra o senhor Presidente assim se manifesta: Como notaram os senhores Vereadores, a Comissão de Finanças oficiou a esta Presidência solicitando que tomasse providências para que os mencionados senhores fizessem a restituição aos cofres públicos das importâncias recebidas. Eu tomei as providências necessárias e, conforme o ofício do Prefeito, datado de hoje, os senhores puderam notar que todos atenderam à solicitação. Quero dizer que o Tribunal de Contas nos enviou toda a documentação referente aos anos de 1968, 1969 e 1970, aprovando-as com a recomendação que esta Casa providenciasse o saneamento de algumas irregularidades, as quais se relacionam, na opinião do Tribunal de Contas, a importâncias recebidas a mais tanto pelos senhores Prefeitos como pelo senhores Vereadores. Todos cumpriram o determinado e a matéria será discutida na Ordem do Dia da Sessão de hoje. Nada mais havendo a tratar no Expediente, o senhor Presidente passa a palavra ao Vereador que dela queira fazer uso. Com a palavra o senhor / Mauri Gabrielli indica ao senhor Presidente, na forma regimental, seja oficiado ao Prefeito Municipal apresentando-lhe duas sugestões: a primeira para que, quando houver apresentações musicais ou de outra natureza na concha acústica, e que sejam para o entretenimento público, a Prefeitura ceda amplificadores de som e pertences; a segunda para que, nessas mesmas ocasiões, seja interditado o trânsito nas duas ruas estreitas que ladeiam a concha acústica, evitando-se assim o perigo de atropelamento das muitas crianças que ali se reúnem e também a interferência de engraçadinhos que atrapalham o espetáculo. Essa interdição das ruas poderia mesmo ser feita aos domingos e outros dias em que os jovens e as famílias ali se reúnem para algumas horas de lazer. ---.



À Secretaria para as devidas providências. Com a palavra o senhor Pedro Sérgio Graf Nunes. Senhor Presidente, gostaria de comunicar aos Nobres Colegas a realização aqui em Caieiras, nos dias onze e doze, pelo Colégio Estadual, de uma competição ainda inédita em nossa cidade, pelos alunos da categoria mirim e infantil, procurando assim incentivar o esporte básico que é o atle^{ti}sti, digo, atletismo. Gostaria que os Nobres Colegas estivessem presentes, incentivando seus filhos e aos demais alunos. Solicito ao senhor Presidente que a Câmara Municipal faça a doação de alguns troféus para estimular também a criançada nessa primeira competição esportiva e escolar. Com a palavra o senhor Savério Agustinelli, solidariza-se com a indicação do Nobre Vereador Mauri Gabrielli a respeito do trânsito na Praça Santo Antonio, em dias de festa e aproveita o ensejo para relembrar as medidas já solicitadas por esta Casa sobre o excesso de velocidade com que alguns veículos correm em nossas ruas, que, diz, não são pistas de corridas. Assim, solicito à Presidência que oficie à Delegacia de Polícia que volte a fiscalizar com maior rigor o trânsito em nossa cidade. Muito obrigado. O senhor Presidente volta ao assunto apresentado pelo Nobre Vereador Pedro Sérgio e indaga o horário da competição, sendo informado que a mesma se iniciará às sete e meia da manhã. O senhor Presidente solicita aos Nobres Pares que prestigiem, com sua presença, não só a competição como também o esforço do Vereador Pedro Sérgio, que tem sido um batalhador pelos esportes em nosso município. O senhor Presidente determina ao Diretor de Secretaria que atenda à solicitação do Professor Pedro Sérgio quanto aos troféus. Voltando ao assunto do Nobre Vereador Savério, diz o senhor Presidente, aproveito a oportunidade para informar aos senhores Vereadores que o senhor Delegado de Polícia solicitou que marcássemos uma data para uma reunião na qual serão abordados vários assuntos e naquela ocasião, então, trataremos desse caso do excesso de velocidade. Gostaria de saber dos senhores Vereadores qual o dia mais propício para termos assim uma como quê audiência com o senhor Delegado. Seria bom que todos os senhores que tivessem problemas a tratar levassem suas reivindicações. Com a palavra o senhor Antonio Romero Pollon reforça as palavras do senhor Savério Agustinelli e diz ter presenciado um caso em que o automovel só não capotou por muita sorte mesmo. Se for necessário, nessa reunião poderei até apresentar o número da chapa desse carro, que estava em excesso de velocidade. ---.---.---



Com a palavra o senhor Mário Della Torre solicita ao senhor Presidente que marque essa reunião, se possível, antes da viagem para o Congresso, pois tem um problema a apresentar que o está afligindo bastante. O senhor Presidente, dizendo já ter conhecimento do problema, informa ao senhor Mário que já tomou as precauções devidas, tendo conversado com o Delegado, colocando-o a par do assunto como realmente é, podendo o Nobre Vereador ficar tranquilo. O quadro foi pintado ao senhor Delegado em cores bem diferentes, porém eu já o deixei bem a par do assunto, diz o senhor Presidente. Praticamente já antecipei aquilo que Vossa Excelência teria a dizer ao senhor Delegado. Com a palavra o senhor Pedro Sérgio sugere que o senhor Delegado seja convidado para estar presente na próxima reunião ordinária desta Casa. O senhor Presidente concorda com a ideia, informando que entrará em contato com o senhor Delegado para acertar os detalhes da reunião, quanto ao horário. Com a palavra o senhor João Menegatti. Senhor Presidente: Após a leitura do ofício encaminhado a esta Casa pela Comissão de Finanças, causou-me estranheza haver Vossa Excelência atendido ao solicitado no ofício sem / esta Casa ter tomado conhecimento do parecer da Comissão de Finanças. / Creio ter havido um lapso da Presidência mandando ler o ofício antes / do parecer técnico da Comissão. Em seguida, senhor Presidente, solicitaria a Vossa Excelência, na forma regimental, que indicasse ao senhor Prefeito, através de ofício, para que, sempre que houver necessidade / de mudar o itinerário dos ônibus na cidade escolhesse pessoas capacitadas para tratar do assunto e não determinasse a uma única pessoa, ou seja, ao seu assistente imediato, que tratasse dos itinerários. Eu acho, senhor Presidente, que apesar do imediato do senhor Prefeito merecer a confiança e ser capacitado, não estava à altura, nesse caso, para tratar sozinho do assunto. Assim sendo, solicitaria a Vossa Excelência que sugerisse ao senhor Prefeito que para esses assuntos nomeasse / ou contratasse pessoas técnicas, para que a população não seja prejudicada. Haja visto, senhor Presidente, que a parte central da Cresciuma / está totalmente prejudicada com o novo itinerário. Atendendo a solicitação da maioria da população do Centro é que apresento esta indicação a Vossa Excelência. À Secretaria para as devidas providências. Com respeito ao ofício da Comissão de Finanças, diz o senhor Presidente, esta Presidência recebeu o ofício da Comissão durante a semana e logicamen-



te teria que tomar as providências pois a matéria se feferia a assunto a ser tratado na Sessão de hoje. O parecer da Comissão faz parte da Ordem do Dia desta Sessão e por essa razão será lido oportunamente, quando então será discutido. Com a palavra o senhor Antonio Romero Pollon, diz que, logo ao chegar a esta Casa hoje procurou entrar em contato / com o Assistente do senhor Prefeito e foi informado que a mudança de itinerário dos ônibus era provisória, devido a consertos na rua Domingos do Carmos Leite. Também fui procurado, diz o senhor Pollom, por pessoas que desejavam saber a razão da modificação havida e como eu não / sabia o motivo, procurei me informar, tendo recebido essa resposta. / Diz o senhor Presidente que, quanto é de seu conhecimento, a modificação do itinerário é definitiva. O senhor Presidente presta, ainda, esclarecimentos ao senhor Pollon com respeito às áreas a serem desapropriadas na Estrada Velha de Campinas. A primeira se refere à ampliação da área da Fixoforja pois a indústria alega que o terreno se tornou insuficiente devido à fusão da firma com outro grupo. A segunda é para a instalação da Indústria Primícia. Devo salientar que o terreno não será doado, para atender às exigências legais, haverá necessidade de uma concorrência. De acordo com os entendimentos verbais, tanto a Primícia como a Fixoforja pretendem se instalar no município dentro dessas condições. Com a palavra o senhor Pollon diz ser a sua opinião que não se deve dar mais terras para a Fixoforja pois a mesma, segundo lhe consta, já fugiu duas vezes ao seu compromisso de se instalar no município. / Com a palavra o senhor Savério Agustinelli manifesta-se solidário com o pronunciamento do Nobre Edil senhor Pollon. Achava bem melhor que a Prefeitura fizesse valer as cláusulas do contrato, junto à Fixoforja. / Diz o senhor Savério ser contra à nova doação. Com a palavra o senhor / João Menegatti. Senhor Presidente, Nobres Vereadores: Inicialmente quero lembrar à Presidência e aos senhores Vereadores que a matéria relativa à desapropriação de terras que serão cedidas à Fixoforja e à Primícia, não estão na pauta da Ordem do Dia desta Sessão. O senhor Prefeito nomeou uma Comissão, sob minha Presidência, para tratar do assunto, devendo dar parecer favorável ou contrário. Lembro ao Nobre Colega Pollon que, por aquela Comissão, já foi fixado o preço para a área destinada à Fixoforja, estando o assunto sendo encaminhado ao senhor Prefeito. Não é justo que, nesta Sessão, Vossas Excelências se manifestem



contra matéria praticamente encerrada. Lembro aos Nobres Pares que ficou apenas em suspenso a área da Primícia, tendo pairado dúvida quanto ao preço. Muito obrigado. Com a palavra o senhor Savério Agustinelli agradece a manifestação do senhor João Menegatti e diz que, de fato, houve um lapso de sua parte, uma vez que já havia opinado naquela Comissão de Avaliação. Uma vez que já havia dado minha opinião, não seria justo que voltasse atrás. Eu retiro, portanto, o meu parecer de hoje. O senhor Presidente diz discordar inteiramente ~~em~~^{do} e pronunciamento do Nobre Vereador/Savério, eis que, naquela ocasião Vossa Excelência estava numa Comissão de Avaliação e agora estamos em Sessão da Câmara, no Expediente, onde o tema é livre. Na Comissão tratou-se apenas do valor da terra, não se cogitando a quem se destinava. Agora, respondendo a uma pergunta do Nobre/Vereador Pollon, foi esclarecido que as glebas se destinam à Fixoforja e à Primícia. De modos que é a ocasião oportuna para o Vereador se colocar contra ou a favor da aquisição da referida área. Com a palavra o senhor Pedro Sérgio Graf Nunes diz que gostaria de receber uma explicação mais clara do Nobre Vereador Presidente daquela Comissão, pois a mesma apenas avaliou as terras não tendo dado nenhum parecer sobre a aquisição. Com a palavra o senhor João Menegatti inicialmente diz não discordar com as palavras do senhor Presidente, mas não concorda em que a matéria venha a discussão pois o senhor Prefeito encaminhou o assunto à Comissão exclusivamente para arbitrar o preço, não tendo sido discutido o mérito da aquisição. Creio, senhor Presidente, ser um tanto cedo para entrarmos no mérito, discutindo sobre a aquisição ou não da área, eis que a esta Casa / não chegou nenhuma propositura a respeito. Diz finalmente, digo, finalmente, o senhor Presidente que a esta Casa pouco ou nada resta resolver/sobre o assunto pois a desapropriação é ato de exclusiva iniciativa do senhor Prefeito. Com a palavra o senhor Savério diz que fica também no aguardo da propositura para dar então o seu pronunciamento. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o senhor Presidente passa à imediata apresentação da matéria constante da ORDEM DO DIA. Em SEGUNDA DISCUSSÃO:- 1)- PROJETO DE LEI Nº 868/73, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre a fixação de tarifas de remoção de doentes pela ambulância do Município. Em discussão, pede a palavra o senhor Mauri Gabrielli e apresenta a seguinte Emenda, lida pelo senhor Secretário: Onde se lê: "Artigo 2º -



Os indigentes serão removidos gratuitamente." Leia-se: "Artigo 2º - Os indigentes serão removidos gratuitamente, sendo os casos duvidosos na qualificação investigados pela Assistência Social, após o atendimento. Parágrafo único - Após a qualificação competente, caberá ao Prefeito / decidir sobre o pagamento ou não do transporte." O senhor Presidente / solicita às Comissões que emitam pareceres orais sobre a Emenda, os quais são favoráveis. Em discussão os pareceres, ninguém se manifesta. Em votação, aprovados em única discussão. Fica o mesmo incorporado à redação do projeto. Em discussão o Projeto de Lei, ninguém se manifesta. Em votação, aprovado por unanimidade. Dispensada a redação final. / 2) PROJETO DE LEI Nº 869/73, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre reforço de verba. Em discussão, ninguém se manifesta. Em votação, aprovado por unanimidade. Dispensada a redação final. 3) PROJETO DE LEI Nº 870/73, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de crédito especial no valor de Cr.\$40.000,00 (quarenta mil / cruzeiros) para cobrir despesas com a aquisição de moirões, portões, tela e outros para fecho dos terrenos dos Grupos Escolares. Em discussão, ninguém se manifesta. Em votação, aprovado por unanimidade. Dispensada a redação final. 4) PROJETO DE LEI Nº 871/73, de autoria do Prefeito / Municipal, dispondo sobre abertura de crédito no valor de Cr.\$60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) destinado a suplementar a verba de Pavimentação, Guias, Calçamento, etc.. Em discussão, ninguém se manifesta. Em votação, aprovado por unanimidade. Dispensada a redação final. 5) PROJETO DE LEI Nº 872/73, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização legislativa para utilização de recursos de depósito / vinculado. Em discussão, ninguém se manifesta. Em votação, aprovado / por unanimidade. Dispensada a redação final. 6) PROJETO DE LEI Nº 873/73, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de crédito especial no valor de Cr.\$60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) destinado a cobrir despesas com a construção de garagens para os veículos municipais. Em discussão, ninguém se manifesta. Em votação, aprovado por unanimidade. Dispensada a redação final. É dado prosseguimento à Ordem do Dia com a apresentação dos Projetos para PRIMEIRA DISCUSSÃO: 1) PROJETO DE LEI Nº 874/73, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de crédito especial no valor de Cr.\$30.000,00 (trinta mil



cruzeiros) destinado a cobrir despesas com a aquisição de betoneira, / formas e outros para fabricação de pré-moldados. Acompanham pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e de Finanças. Em discussão os pareceres, ninguém se manifesta. Em votação, aprovados em única discussão. Em discussão o Projeto de Lei, ninguém se manifesta. Em votação, aprovado. 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/73, de autoria da Comissão de Finanças, aprovando as contas do Prefeito Municipal e do Departamento de Água, Luz e Esgotos DALE, de Caieiras, relativas ao exercício de 1968, com parecer favorável da mesma Comissão. Em discussão o parecer da Comissão. O senhor Presidente solicita ao senhor Pedro Sérgio Graf Nunes, Vice-Presidente, que o substitua temporariamente na direção dos trabalhos, pois deseja manifestar-se a respeito do Projeto em questão. Assume a direção dos trabalhos o senhor Pedro Sérgio Graf Nunes que concede a palavra ao senhor Dércio Pasin. Assim se expressa Sua Excelência: Senhor Presidente, Nobres Colegas: O fato / que me traz a falar como Vereador, primeiramente, é que eu me deparo / com um problema de graves consequências. Logicamente, se esta Câmara / composta na sua maioria por elementos que pela primeira vez adentram / a política, e encontrando-me juntamente com quatro veteranos, eu vejo o problema de séria competência para esta Casa. De modos que eu solicitaria, dada à inexperiência e à responsabilidade desta Casa, na aprovação ou rejeição das contas de 1968, 1969 e 1970, e como nós temos ainda várias dias para darmos o nosso parecer final, eu requeiro / a Vossa Excelência para que uma Comissão formada por Vereadores desta Casa se dirija ao CEPAM, órgão técnico do Governo, para obter melhores esclarecimentos sobre o referido Decreto Legislativo. Eu acho ser uma enorme responsabilidade para esta Casa. Não sei qual seria a opinião de meus Nobres Colegas mas, tanto no caso de uma aprovação ou de uma rejeição, nós teríamos que ficar melhor alicerçados. Quero creer / que o parecer prévio enviado pelo Tribunal de Contas é um documento / habil e válido, mas como a Lei Orgânica dos Municípios dá a faculdade a uma Câmara, pelo seus dois terços, de rejeitá-lo, - não estou fazendo aqui uma sugestão aos Nobres Vereadores para rejeitarem o parecer - eu apenas, para darmos a nossa decisão com a consciência tranquila, / sugiro que consultássemos pessoas entendidas no assunto, tratando-se /



de matéria de tanta responsabilidade. Ai, melhor alicerçados e instruídos, poderíamos dar, em sã consciência, o nosso parecer final aos mencionados Decretos Legislativos. É um requerimento que apresento a Vossa Excelência para deliberação do Plenário. Peço incluir nesse requerimento os tres Projetos de Decreto Legislativo que estão na pauta do dia. / O senhor Pedro Sérgio, Presidente em exercício, antes de colocar em votação o requerimento do senhor Dércio Pasin, diz não concordar em parte, com as palavras do Nobre Colega quanto à inexperiência da Casa para emitir o seu parecer sobre as prestações de contas, pois a Comissão de / Finanças estribou-se no parecer do Egrégio Tribunal de Contas, o qual, por sua vez, baseou-se em informações de contadores, advogados, economistas, enfim pessoas entendidas. Coloco, então, em discussão o requerimento do senhor Dércio Pasin. Ninguém se manifesta. Em votação, aprovado por unanimidade. Reassume a Presidência o senhor Dércio Pasin, agradecendo a colaboração do Nobre Vereador Pedro Sérgio e pedindo excusas, pois talvez haja se expressado mal quando se referiu à inexperiência da Câmara quando queria dizer tratar-se de Vereadores novos em suas funções. Diz o senhor Presidente que apresentou aquele requerimento pois, ao iniciar-se a Sessão, antes ainda, digo, notou uma certa indecisão por parte dos senhores Vereadores. Com a palavra o senhor Pedro Sérgio Graf Nunes diz que o parecer da Comissão de Finanças será mantido. Acho também, diz o Vereador, que a Câmara deve procurar, até o último recurso, / que as pessoas mencionadas nas prestações de contas recebam de volta aquele dinheiro, pois trata-se de pessoas que realmente prestaram serviços ao município e não é justo que nós, eleitos agora em 1973, estejamos julgando as contas de 1968, 1969 e 1970. É o meu pensamento. Agora, o parecer da Comissão de Finanças foi baseado em parecer de juizes, como já disse, e assim esse parecer fica mantido. Acho que se deve lutar, pelos meios legais, consultando o CEPAM ou o Tribunal de Contas, uma Comissão de Vereadores, ou mesmo as pessoas interessadas diretamente no assunto, no caso o senhor Américo Massinelli, que, como interessado deveria ter até comparecido em nossa reunião, indo até com os Vereadores / ao CEPAM para ver os caminhos legais de se evitar essa reposição de verba. Os valores em questão são mínimos perto das importâncias que outros municípios têm recebido em devolução. Sendo uma quantia assim pequena,



acho que poderíamos lutar até o fim para ver se não precisariam repor esse dinheiro. Era o que tinha a dizer. O senhor Presidente diz ser / sua opinião pessoal que, se fizesse parte de uma Comissão, como a que pertence o senhor Pedro Sérgio, o seu parecer seria o mesmo emitido / pela Comissão de Finanças. Logicamente, fala o senhor Presidente, uma matéria estudada por elementos que tratam disso diariamente, portanto profundos conhecedores do assunto, em hipótese alguma eu iria, à primeira vista, dar um parecer contrário. Devo dizer que se fizesse parte de uma Comissão e tivesse que dar meu parecer momentâneo, eu teria que acompanhar o Tribunal de Contas. Mesmo porque acompanhei as atividades do ex-Prefeito Américo Massinelli, participando de muitas viagens, vi o quanto ele gastou do seu próprio bolso. Naquela época o mesmo por desconhecimento de lei - e sabemos que o desconhecimento da lei não favorece ninguém - ele usava da sua verba para as despesas de viagem, sem exigir ou fazer comprovantes. Como temos ainda algum tempo para tratar do assunto, vamos tentar fazer algo em favor desses / prejudicados, nesse tempo que nos resta. Quero crer que, com o parecer ou do Tribunal de Contas ou do CEPAM, nós poderemos formular o nosso já com a consciência mais tranquila. Quero deixar bem claro ao Nobre Vereador Pedro Sérgio que concordo plenamente com o parecer da Comissão de Finanças, à qual não restava outra alternativa senão acompanhar o parecer do Tribunal de Contas, tão bem estudado. É dada a palavra ao senhor João Menegatti. Senhor Presidente, Nobres Colegas: Eu ainda volto ao assunto, pois acho que a leitura daquele ofício no Expediente foi precipitada. Não entro no mérito do parecer da Comissão, em absoluto, pois se emitiu o parecer foi convicta da sua opinião e responsabilidade. Mas eu pergunto a Vossa Excelência, senhor Presidente: o que adiantará formar uma Comissão e ir procurar os órgãos / técnicos do CEPAM para darmos o nosso parecer interno. Haja visto, senhor Presidente, que o dinheiro já foi devolvido. O parecer da Comissão já está emitido, O seu Presidente irá manter o seu ponto de vista. De que irá valer um parecer técnico, se o seu Presidente afirma que / seu parecer será mantido? se o dinheiro já está nos cofres públicos? Meu ponto de vista, senhor Presidente, é que Vossa Excelência deveria ter primeiro colocado em votação o parecer da Comissão de Finanças, / para saber se nós aprovaríamos ou não a devolução do dinheiro. ---.



Eu tenho a impressão, senhor Presidente, que uma opinião técnica poderia ajudar-nos mas eu pergunto: No caso de aprovação desta Casa, ou rejeição, o que irá acontecer? Se rejeitarmos, o dinheiro já está depositado, se aprovarmos, o dinheiro já está depositado. De que forma esta Casa irá / proceder para que os interessados possam reaver o dinheiro dos cofres públicos? Creio, senhor Presidente, que para completar o requerimento de Vossa Excelência, um Vereador deveria pedir vistas aos projetos, pois os mesmos estão inscritos para apreciação na Sessão de hoje. Pede a palavra D. Afdoquia Chaib Ferreira Neves e solicita vistas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 06/73, 07/73, 08/73 e aos Projetos de Resolução nºs 246/73, 247/73 e 248/73, no que é atendida pelo senhor Presidente. Com a palavra o senhor Presidente esclarece que o seu requerimento solicitando a nomeação de uma Comissão para tratar do assunto, já é, praticamente, / um pedido de adiamento de apreciação da matéria. Quanto ao fato de haverem os interessados depositado o dinheiro, isto nada impede, pois da mesma maneira que o depositaram poderão, mediante uma decisão desta Casa, / recebê-lo em restituição. E se eu solicitei aos mesmos que fizessem a cobertura, foi para que, na data de hoje, nós pudéssemos nos pronunciar sobre os projetos, com os mesmos já em bases legais, isto é, cumprindo o determinação pelo Tribunal de Contas, sanando as falhas apontadas. Logicamente caberia, então, a este Plenário, dar o veredito final, ou seja, aprovação ou rejeição das contas. Com a palavra o senhor Pedro Sérgio / Graf Nunes diz que gostaria de relembrar que o parecer do Tribunal de Contas, favorável à aprovação das contas da Prefeitura, vem diretamente / ligado ao parecer da Comissão. Existiam várias irregularidades para as quais foram aceitas as explicações. Nesses casos não foram aceitas. Acho que após o parecer da Comissão poderemos procurar um meio legal de evitar a reposição, mas nós não estamos aqui na Câmara para fazer "média" / com ninguém. Como um pode ter feito uso justo dessa verba, pode ter havido outro que não fez. Então, a nossa posição aqui é de examinar friamente o assunto. É lógico que, se a maioria achar que a verba não deva ser restitui, digo, restituida, muito que bem, mas que seja pelos meios legais. O nosso parecer foi dado legalmente, com isenção de ânimos. Achamos que, para dar um parecer baseado no do Tribunal de Contas, não poderia entrar em cogitação o nome das pessoas, se foi bonzinho ou não. Então o nosso / parecer foi legalmente baseado no que foi feito e no que veio escrito. .-



Se houver algum meio de se rejeitar esse parecer ou de se trazer uma nova orientação do Tribunal, a gente poderia fazer. Mas gostaria de salientar bem aqui que não estamos aqui para fazer média com ninguém, só fizemos o que achamos justo. O senhor Presidente diz que o senhor Pedro Sérgio tem toda razão em suas palavras e, como temos no caso / pessoas que restituiram cem cruzeiros, temos também outras que restituiram alguns milhares de cruzeiros. De modos que estamos aqui para / olhar o espírito legal, independentemente do quantum, pois se é ilegal cem cruzeiros, cinco mil também o será. Francamente digo que apresente aquele requerimento pois não sabia qual seria o parecer final desta Casa. Se rejeitássemos o parecer do Tribunal de Contas, teríamos que nos justificar, e justificar muito bem. Como estávamos um tanto quanto despreparados para a discussão do assunto, fiz o requeramento para darmos tempo à consulta. Assim, na próxima Sessão teremos condições para discutir o assunto, já com o espírito prevenido / para um parecer final. Com a palavra o senhor Benedicto Lopes de Campos. Senhor Presidente, Nobres Colegas: Eu queria solicitar que sempre que houvesse uma convocação, a gente recebesse o Edital com as / cópias dos projetos, para que não acontecesse o que aconteceu hoje e para que a gente tenha mais tempo habil para examinar e já tomar providências adiantadas. Espero, senhor Presidente, que para o futuro / recebamos as cópias dos projetos para um melhor estudo e com mais / tempo. Muito obrigado. O senhor Presidente informa que com referência a esses projetos deu-se um caso muito especial. (digo: deu-se). / Da data do recebimento do processo nesta Casa temos trinta dias para dar o nosso pronunciamento final. Se não houver manifestação desta / nos trinta dias, permanece o parecer dado pelo Tribunal de Contas. / Ocorre que, depois de recebidos os processos até apresentação em Expediente para encaminhamento à Comissão, passou-se quase uma semana. / Houve nesse meio tempo os feriados da Semana Santa, e hoje temos praticamente oito dias para dar nosso parecer final o que logicamente / tem que ser feito quase que às pressas. E é justamente por causa disso que eu procurei encontrar uma fórmula para que, nos cinco dias de prazo que ainda nos resta, possamos dedicar um tempinho a mais para decidir o assunto com mais carinho. Em todo o nosso tempo de vereança não tivemos a oportunidade de apreciar as contas do senhor Prefei



Prefeito, o que acho uma responsabilidade bastante grande. Volto a dizer que concordo plenamente com o parecer da Comissão de Finanças, pois no lugar dos Nobres Colegas eu teria feito o mesmo. Com a palavra o senhor Savério Agustinelli. Senhor Presidente; Na realidade eu não tomei conhecimento antecipado não só desse Projeto como dos demais apresentados por Vossa Excelência. Achava bom que as cópias dos mesmos, como sempre foi feito, acompanhasse o Edital de Convocação. Além de desconhecer o inteiro teor do projeto, não tive aviso do dia da reunião da Comissão. Somente por um terceiro tomei conhecimento do assunto. Quero concordar também com o requerimento de Vossa Excelência sobre o referido projeto, quanto à formação de uma Comissão. Estou de pleno acordo também com o parecer da Comissão de Finanças. Mas, o prazo para apreciação seria de trinta dias. O Nobre Presidente acaba de dizer que ainda temos de cinco a oito dias para a decisão final, quer dizer que vinte e dois dias o projeto tramitou dentro desta Casa. E eu agora em cinco dias, ainda mais um projeto dessa natureza, tenha condições de dar o meu parecer, quer favorável ou não. Espero, portanto, que doravante cópia dos projetos de lei sejam enviadas juntamente com o Edital para que, estudado previamente o assunto, possa-se evitar todos esses aborrecimentos e desentendimentos. Fico então, senhor Presidente, no aguardo de sua decisão e dos demais Colegas, solicitando todo cuidado no que tange a um parecer para o referido projeto. Então poderei também, finalmente, dar o meu parecer. Muito obrigado. Com a palavra o senhor Presidente volta a frizar a escassês de tempo, informando que será necessária a convocação de outra Sessão extraordinária para apreciação da matéria em primeira discussão para que a matéria possa receber parecer final na sessão ordinária da próxima terça-feira. Logicamente, de acordo com os reclamos dos Nobres Colegas, eu vejo que procede, e muito, as reclamações do senhor Diretor de Secretaria de que não consegue mais dar vencimento aos trabalhos da Secretaria sozinho. E para que eu possa atender aos senhores Vereadores, eu me vejo na obrigação de providenciar imediatamente um auxiliar para o senhor Diretor de Secretaria, para que então os senhores Vereadores tenham condições normais de trabalho, ou seja, receber seu Edital acompanhado com cópia da matéria inscrita para a Ordem do Dia. Eu ainda passo a palavra ao Nobre Vereador Mauri Gabrielli. Senhor Presidente, eu queria somente esclarecer o seguinte ao Nobre Colega Savério que diz não ter sido convidado para a reunião da Comissão, /



acontece que não é da competência da Comissão de Justiça dar parecer / sobre a matéria, por isso a sua Comissão não foi convocada e para alguns projetos hoje apresentados, devido a exiguidade de tempo, os pareceres foram dados verbalmente, na Sessão à qual não compareceu o Nobre Colega. O senhor Presidente confirma a declaração do senhor Mauri, informando ser de alçada da Comissão de Finanças, de acordo com a Lei / Orgânica dos Municípios, dar parecer sobre a matéria. Com a palavra o senhor Savério Agustinelli diz que se referia mais a tomar conhecimento do teor do projeto, pois embora sem a obrigação de dar parecer em comissão, se vê na obrigação de discutir e votar a matéria. Quanto à necessidade do Diretor de Secretaria ter um auxiliar, quero de antemão solicitar excusas porque eu não venho fazer exigência, sem nenhum sentido de reclamação. Se o Nobre Presidente tem conhecimento do que deve ser feito para corrigir a situação, que aponte então um auxiliar para o nosso Diretor de Secretaria. Na verdade, por cima, eu vejo que ele / está sobrecarregado com várias obrigações. Muito obrigado, desculpe se / Senhor Diretor de Secretaria, desculpem Nobres Colegas Vereadores. É dada a palavra ao senhor Pedro Sérgio graf Nunes. Senhor Presidente, eu quero dar aqui o meu apoio ao Nobre Vereador Savério no que disse com respeito ao conhecimento antecipado das matérias antes das Sessões e quero deixar aqui o meu protesto para que não se repita mais o que vem acontecendo com elemento das Comissões e outros Vereadores que às vezes não se interessam pela matéria e depois culpam a Comissão. Quero aqui deixar o meu protesto nesse sentido, ou as pessoas se interessam / pelos projetos ou então que dêem o seu parecer em separado. Porque se o membro ou relator da Comissão não comparecer para examinar o projeto, então eu darei o meu parecer pessoal e não é pelo motivo de não examinar junto com a Comissão que eu vou chegar aqui e jogar a culpa nas / costas dos outros. Como disse o Nobre Colega Pollon, dedicamos quatro / horas ao estudo da matéria e não admito que alguém diga que o projeto / foi olhado por alto e dado o parecer. Com a palavra o senhor Presidente alerta aos senhores Vereadores que, com a calor da discussão, esqueceu-se que estamos em Sessão Extraordinária e estamos fugindo um pouco do assunto, razão pela qual, diz o senhor Presidente, eu solicitaria / aos senhores Vereadores que ao usar a palavra se refiram unicamente à



matéria sob discussão, inscrita na Ordem do Dia. De antemão quero, para evitar de vez por todas essas problemáticas, informar que só determinarei a inclusão na Ordem do Dia de projetos que tenham recebido pareceres escritos das Comissões e com a assinatura de todos os seus membros. Para que não haja mais esses desentendimentos o senhor Diretor de Secretaria recebe ordem de, ao elaborar o Edital, só incluir na Ordem do Dia / projetos que tenham pareceres das Comissões com as respectivas assinaturas. Com a palavra o senhor Benedicto Lopes de Campos. Senhor Presidente, Nobres Colegas: No dia da reunião da Comissão de Finanças eu cheguei aqui dez para uma. Daquela hora até uma e meia eu fiquei nesta Casa examinando o Projeto junto com o Diretor de Secretaria. O senhor Pedro Sérgio chegou mais tarde e o senhor Antonio Romero chegou um pouco mais tarde. Mas não tem problema, eu tinha uns afazeres particulares muito importantes (digo, afazeres) e precisei sair. Além disso, mesmo com pressa topei bom conhecimento daquilo que devia e não assinei a olho o parecer. / Assinei porque vinha endossado pelo Tribunal de Contas. Muito obrigado. / Com a palavra o senhor Antonio Romero Pollon. Senhor Presidente, gostaria de esclarecer aqui ao meu Nobre Colega Benedicto que, não diga que siga o meu exemplo, mas que, nos dias de reuniões, procure chegar tão cedo como eu tenho chegado. Dessa vez, quando foi para examinar o parecer do Tribunal de Contas, antes das treze horas eu já estava aqui. O único que avisou que chegaria atrasado foi o senhor Presidente da Comissão, mas / não chegou nesse horário que o referido Vereador citou. Gostaria que, como já foi dito outras vezes, quando houver reunião da Comissão os membros chegassem na hora certa e falassem a verdade, não dizendo depois aqui coisas que não sucederam. Nós ficamos quatro horas examinando o processo e ele apenas meia hora. É errado isso. O senhor Presidente, com a palavra, diz que, por usar de delicadeza com os senhores Vereadores deixa de obedecer aos princípios regimentais e acaba fugindo às regras de / uma sessão extraordinária. Matéria alheia à ordem do dia acaba surgindo / e sendo discutida, por essa razão mais uma vez solicito a colaboração / dos senhores Vereadores para que isso futuramente não mais aconteça, porque, assim que se fugir à matéria da ordem do dia, eu cassarei a palavra imediatamente. Isso pode comprometer a minha atuação, logicamente a Sessão de hoje será um paradeiro nessa situação. Nas sessões ordinárias futuras o senhor Vereador terá o tempo regimental para falar no Expediente e na Ordem do Dia trataremos do que estiver inscrito. Nas Extraordinárias

CÂMARA MUNICIPAL DE CAIEIRAS

1582

ESTADO DE



SÃO PAULO

teremos o Expediente reduzido, já preparado pelo senhor Diretor de Secretaria, e na Ordem do Dia somente a matéria inscrita, levando-se em conta somente os assuntos a ela ligados e de extrema urgência. Consultada a Mesa, o senhor Presidente convoca uma Sessão Extraordinária para às vinte horas do dia sete de maio de 1973, terça-feira, para apreciação, em Primeira Discussão, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 06/73, 07/73 e 08/73 e Projetos de Resolução nºs 246/73, 247/73 e 248/73, aos quais hoje foi concedida vista. Nada mais havendo a ser tratado, o senhor Presidente declara encerrada a Sessão, determinando a mim, João Menegatti, Primeiro Secretário, que lavrasse a competente Ata, assinada pelos componentes da Mesa. Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

PRESIDENTE: *Lucio Lavi*

1º SECRETARIO: *João Menegatti*

2º SECRETARIO: *Vagueiro José*

-. - oo0oo -. -

- x -